

Depois de dois anos, os resultados do Plano Brady são pouco expressivos

por Joe Ortiz
da Reuter

A iniciativa do secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, para reduzir a dívida bancária de US\$ 235 bilhões dos países em desenvolvimento — conhecida como Plano Brady —, lançada há dois anos, está longe de ser um sucesso.

O plano logrou reduzir os encargos da dívida em apenas 5% e pode ter contribuído para o substancial aumento de atrasados acumulados pelos países devedores, de acordo com banqueiros e economistas.

“A coisa tem-se revelado em grande parte irrelevante”, disse David Lomax, conselheiro econômico do National Westminster Bank.

Até o momento, o México, a Costa Rica e as Filipinas se submeteram a acordos de redução de dívidas sob o Plano Brady, enquanto o Marrocos está no primeiro estágio do programa de redução. A Venezuela e o Uruguai também deverão assinar acordos com os bancos credores em breve.

Acordos negociados sob o Plano Brady têm, até o momento, conseguido reduzir o valor nominal das dívidas junto aos bancos comerciais em torno de US\$ 11,5 bilhões, de acordo com as cifras oficiais. Isso inclui o acordo em andamento com a Venezuela.

Mas os economistas salientam que um número surpreendentemente grande de bancos optou por reduzir os pagamentos de juros em vez do principal da dívida, o que faz com que os países devedores se beneficiem de uma redução dos custos do serviço da dívida.

O Plano Baker, destinado a resolver o problema das dívidas de médio e longo prazos, surgiu no primeiro semestre de 1989 como substituto para o Plano Brady (de James Baker, o predecessor de Brady no Tesouro dos Estados Unidos).

A estratégia montada por Baker afundou devido à falta de apoios oficiais, especialmente por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Brady propôs que o FMI e o Banco Mundial criassem fundos de programas de empréstimos combinados com os países devedores para serem usados na redução das dívidas. Recursos adicionais dos Estados Unidos e do Japão elevaram o montante de fundos disponíveis para US\$ 30 bilhões. Contudo os países devedores ficaram obrigados a adotar duros programas de ajuste de suas economias.

A redução da dívida é obtida com a conversão da dívida em bônus que diminuem ou o principal ou os juros a serem pagos pelo país devedor.

Outra alternativa é a utilização pelo país devedor de fundos para recomprar sua dívida pelo preço de cotação no mercado secundário. Por exemplo, o Uruguai comprará uma parte de sua dívida por 56% de seu valor nominal.

Quando Brady expôs pela primeira vez suas idéias, os banqueiros manifestaram temor de que logo faltaria dinheiro para o programa. Um banqueiro disse que o acordo com o México foi problemático, exigindo um financiamento provisório.

“OS ATRASADOS COMO ARMA”

Outra preocupação é de que as idéias de Brady encorajariam o que os banqueiros chamam de “delinqüência” — os países interromperiam o pagamento dos juros de suas dívidas, preferindo aumentar o volume de atrasados.

“Sempre é difícil provar se o Plano Brady piorou as coisas”, disse um importante banqueiro britânico. “Mas certamente temos uma situação na qual os países estão usando os atrasados para forçar a queda dos preços de suas dívidas no mercado secundário, de forma a conseguir um acordo mais favorável com os bancos no fim do dia.”

Como exemplo citou o caso do Brasil. “Eles estão usando os atrasados como uma arma”, afirmou.

Desses acordos, somente o com o México recebeu elogios de banqueiros e economistas. “O total da redução da dívida mexicana é relativamente modesto”, disse Paul Luke, economista da Chartered WestLB, “mas há razões para um otimismo moderado”. Afirmou que um importante resultado do acordo com o México foi a redução real e nominal das taxas de juro no país, o que é importante para os investimentos bem como para a volta do México ao mercado de capitais voluntários.

Mas, no futuro, a iniciativa Brady enfrentará seu maior teste, justamente com o maior devedor dos países em desenvolvimento — o Brasil.

O País deve US\$ 60 bilhões, mas as negociações emperraram por causa dos atrasados, agora perto de US\$ 10 bilhões. Os bancos pressionaram os órgãos multilaterais de empréstimos para que suspendam os fundos para o Brasil até que o país efetue um substancial pagamento de atrasados.